

20170000 404 1809
DRF Porangatu

Publicado Diário Oficial nº
22.746 de 08/02/18



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



CONVÊNIO DE MÚTUA COLABORAÇÃO Nº 013 /2018

Convênio de mútua colaboração que entre si celebram o **Estado de Goiás**, por intermédio da **Secretaria de Estado da Fazenda**, e o **Município de Novo Planalto - Goiás** - objetivando disciplinar a permuta de informações, a prestação de assistência administrativa e o apoio logístico com vistas ao incremento na arrecadação.

O ESTADO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado, nos termos do § 2º do art. 47 da Lei Complementar nº 58/2006, alterada pela Lei Complementar nº 106/2013, pelo Procurador do Estado, Chefe da Advocacia Setorial da Secretaria de Estado da Fazenda, Dr. PAULO CÉSAR NEO DE CARVALHO, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/GO sob o nº 20.161, RG nº 14.067.770 – SSP/SP, CPF/MF nº 015.094.058-01, residente e domiciliado nesta capital, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.409.655/0001-80, estabelecida na Avenida Vereador José Monteiro, nº 2233, Nova Vila, Goiânia, GO, ora representado, nos termos da Portaria nº 165/2017-GSF, pelo Superintendente Executivo, Senhor GLAUCUS MOREIRA NASCIMENTO E SILVA, brasileiro, servidor público, CI nº 1770712 - SSP/GO, CPF nº 589.479.491-91, residente e domiciliado nesta capital, indicada simplesmente SEFAZ, e o MUNICÍPIO DE NOVO PLANALTO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 25.041.005/0001-93, estabelecido na Rua Geraldo Valente de Andrade Esq. C/ Rua Goiás, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Davi José de Sousa, brasileiro, casado, CI nº 773.631, CPF nº 297.138.541-87, residente e domiciliado na Rua Guanabara, Quadra 56, Lote 8 Setor Central em Novo Planalto, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, nos termos em que dispõem os arts. 199 do Código Tributário Nacional - CTN e 134 do Código Tributário do Estado de Goiás – CTE, a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei Estadual nº 17.257/11, no que couber, resolvem celebrar o seguinte;

CONVÊNIO:



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



Cláusula primeira. O presente Convênio tem por objeto a implantação de um sistema de cooperação entre a SEFAZ e o MUNICÍPIO, objetivando disciplinar a permuta de informação, a mútua prestação de assistência administrativa e o apoio logístico do Município, com vistas ao incremento na arrecadação, e melhora do atendimento aos clientes desses órgãos.

Cláusula segunda. O MUNICÍPIO obriga-se a:

- I - colaborar com a atividade de cadastramento e recadastramento de contribuinte;
- II - participar de campanhas institucionais de interesse da SEFAZ;
- III - divulgar as datas previstas para o pagamento dos tributos estaduais, especialmente do ICMS e do IPVA;
- IV - ceder, nas localidades em que se fizer necessário, imóveis para a instalação e funcionamento de órgãos da SEFAZ;
- V - arcar com as despesas correspondentes à manutenção, ao consumo de água e energia elétrica, à utilização de telefone e à tributos relativos ao imóvel cedido para instalação e funcionamento dos órgãos da SEFAZ;
- VI - colocar à disposição da SEFAZ, atendidas as exigências desta, servidor de seu quadro de pessoal para a execução de tarefas relativas a este Convênio;
- VII - disponibilizar consulta online e compartilhar a base de dados relativa ao seu cadastro imobiliário.

§ 1º O servidor do quadro de pessoal do MUNICÍPIO somente pode ser colocado à disposição da SEFAZ após a expedição de:

- I - lei autorizativa, em que o MUNICÍPIO assumira responsabilidade pelo ressarcimento de qualquer dano causado por seu servidor, direta ou indiretamente, à Fazenda Pública Estadual;
- II - ato do prefeito municipal, qualificando o servidor e estabelecendo o período de disposição.

§ 2º O servidor municipal colocado à disposição da SEFAZ:

- I - pode ser designado para exercer tarefas próprias da administração fazendária, ressalvadas as de competência privativa do Fisco Estadual;



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



II - fica subordinado, quanto à execução do serviço a ser realizado, ao titular da delegacia regional de fiscalização cuja circunscrição abrange o MUNICÍPIO, de quem receberá as ordens de serviço, em conformidade com instrução baixada pela Administração Tributária da SEFAZ;

III - mantém vínculo funcional com o MUNICÍPIO, inclusive percebendo deste a respectiva remuneração, ressalvada a competência da SEFAZ para apurar irregularidade da conduta.

Cláusula terceira. A SEFAZ obriga-se a:

I - treinar o pessoal colocado à sua disposição, nos termos deste Convênio, ministrando curso de aperfeiçoamento profissional ou outro que julgar necessário;

II - fornecer material necessário ao bom desempenho das atividades a serem exercidas;

III - prestar assessoria técnica ao MUNICÍPIO relativamente à matéria tributária, cadastral e contábil;

IV - permitir o acesso aos dados constante de seu banco de dados relativos ao cadastro, ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), ao Índice de Participação dos Municípios – IPM, inclusive das Notas Fiscais Eletrônicas utilizadas na formação deste, e às informações rurais;

V - comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer irregularidade detectada na documentação fiscal relativa a serviço prestado à SEFAZ;

VI – compartilhar informações recebidas das empresas administradoras de cartão de crédito ou débito em conta corrente, relativas às operações e prestações realizadas por contribuintes do ICMS estabelecidos no MUNICÍPIO;

VII – disponibilizar as Notas Fiscais Eletrônicas relativas às operações e prestações realizadas por contribuintes do ICMS estabelecidos no MUNICÍPIO, que envolvam serviço de sua competência tributária.

Cláusula quarta. É obrigação comum da SEFAZ e do MUNICÍPIO:

I - permitir o acesso direto e recíproco aos seus sistemas de informações fiscais, procurando compatibilizar os seus equipamentos e programas de informatização, com vistas à padronização, observados os níveis de acesso a serem ajustados pelos convenientes;



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



II - otimizar as informações de seus sistemas de arrecadação, notadamente as relacionadas com o controle da repartição das receitas tributárias;

III - permitir a participação de seus servidores em curso de aperfeiçoamento, quando houver interesse comum, mediante prévio ajuste de vagas;

IV - ceder móveis, bens ou equipamentos necessários à execução de programas de arrecadação tributária, mediante termo específico de cessão.

Cláusula quinta. A conduta irregular do servidor municipal conveniado, no desempenho das tarefas que lhe forem atribuídas, é apurada pela Corregedoria Fiscal da SEFAZ em processo administrativo.

§ 1º No processo administrativo em que se apura a conduta irregular do servidor municipal, o MUNICÍPIO:

I - é citado para integrar a relação processual;

II - persiste com sua responsabilidade até que se concretize a tomada de contas do servidor municipal e este seja declarado quites para com a Fazenda Pública Estadual, mesmo ocorrendo a denúncia do presente Convênio.

§ 2º O não ressarcimento no prazo estabelecido importa:

I - retenção do valor devido, quando da entrega dos recursos prevista no art. 160, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal;

II - cobrança em juízo, na impossibilidade da retenção do valor devido na forma do inciso anterior.

Cláusula sexta. Competem à Superintendência Executiva da Receita Estadual da SEFAZ e à Secretaria de Finanças do MUNICÍPIO o controle, a fiscalização e o acompanhamento do presente Convênio.

§ 1º - Fica designado como Gestor deste Convênio de Cooperação, pela SEFAZ, o servidor JOSE RODRIGUES QUIXABEIRA, conforme Portaria a ser emitida pela autoridade competente.

Cláusula sétima. Não haverá repasse de recursos entre os partícipes para a operacionalização deste instrumento, assumindo, cada qual, as despesas decorrentes da execução do presente Termo no âmbito de seus órgãos.



**ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**



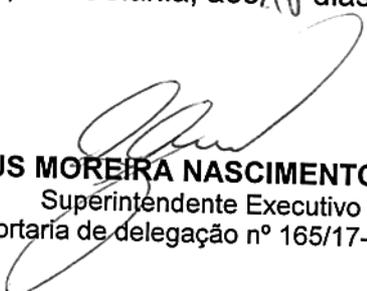
Cláusula oitava. Este Convênio pode ser denunciado a qualquer tempo, devendo, neste caso, ser a denúncia formalizada com prova de recebimento e antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Cláusula nona. Fica eleito o foro da comarca de Goiânia para apreciar e dirimir eventuais contendas de ordem judicial, relativamente às disposições deste Convênio.

Cláusula décima O presente Convênio vigorará por 60 (sessenta) meses, a partir da sua assinatura e seus efeitos jurídicos dar-se-ão a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a cargo da SEFAZ.

Assim, lido e achado conforme, este Convênio, lavrado em 3 (três) vias de igual forma e teor para os fins legais.

**GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA DE
GOIÁS**, em Goiânia, aos 18 dias do mês de Janeiro de 2018.


GLAUCUS MOREIRA NASCIMENTO E SILVA
Superintendente Executivo
Portaria de delegação nº 165/17-GSF


PAULO CÉSAR NEO DE CARVALHO
Procurador do Estado
Chefe da Advocacia Setorial
Procuradoria-Geral do Estado de Goiás


DAVI JOSÉ DE SOUSA
Prefeito Municipal de Novo Planalto



Plano de Trabalho

1. Entidades envolvidas:

- Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ – GO;
- Prefeitura Municipal de Prefeitura Municipal de Novo Planalto - GO

2. Objetivo

- Implantação, através de convênio, de sistema de cooperação entre a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás e a Prefeitura Municipal de Novo Planalto - GO, disciplinado a permuta de informações, a mútua prestação de assistência administrativa e o apoio logístico para aumento das arrecadações estadual e municipal, bem como melhorar o atendimento aos clientes contribuintes.

3. Responsabilidades do município

- Colaborar com a atividade de cadastramento e recadastramento de contribuintes;
- Participar de campanhas institucionais de interesse da Sefaz;
- Divulgar as datas previstas para o pagamento dos tributos estaduais, especialmente do ICMS e do IPVA;
- Ceder, nas localidades em que se fizer necessário, imóveis para a instalação e funcionamento de órgãos da Sefaz;
- Colocar à disposição da Sefaz servidor do quadro de pessoal do município para execução dos trabalhos descritos.
- Disponibilizar consulta online e compartilhar a base de dados relativa ao seu cadastro imobiliário.

4. Responsabilidade da SEFAZ

- Treinar o pessoal colocado à sua disposição, nos termos deste de convênio, ministrando cursos de aperfeiçoamento profissional ou outro que julgar necessário;
- Fornecer o material necessário ao bom desempenho das atividades a serem exercidas;
- Prestar assessoria técnica ao município relativamente a matéria tributária, cadastral e contábil.
- Permitir o acesso aos dados constante de seu banco de dados relativos ao cadastro, ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), ao Índice de Participação dos Municípios – IPM, inclusive das Notas Fiscais Eletrônicas utilizadas na formação deste, e às informações rurais;
- Comunicar ao município sobre eventual irregularidade detectada em documentação fiscal relativa a serviço prestado a Sefaz;
- Compartilhar informações recebidas das empresas administradoras de cartão de crédito ou débito em conta corrente, relativas às operações e



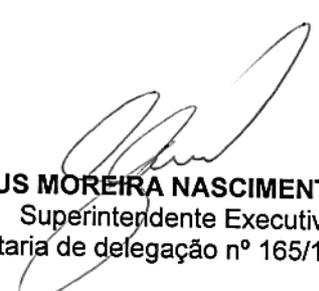
ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



prestações realizadas por contribuintes do ICMS estabelecidos no MUNICÍPIO

- Disponibilizar as Notas Fiscais Eletrônicas relativas às operações e prestações realizadas por contribuintes do ICMS estabelecidos no MUNICÍPIO, que envolvam serviço de sua competência tributária.
5. Responsabilidades comuns às entidades envolvidas
- Permitir o acesso direto e recíproco aos seus sistemas de informações fiscais, procurando compatibilizar os seus equipamentos e programas de informatização, com vista à padronização, observando os níveis de acesso a serem ajustados pelas entidades;
 - Otimizar as informações de seus sistemas de arrecadação, notadamente as relacionadas com o controle das receitas tributárias;
 - Permitir a participação de seus servidores em curso de aperfeiçoamento, quando houver interesse comum, mediante prévio ajuste de vagas;
 - Ceder móveis, bens ou equipamentos necessários à execução de programas de arrecadação tributária, mediante a expedição de termo específico de cessão.
6. Prazo de execução
- Os trabalhos serão realizados a partir da data da assinatura do convênio, encerrando-se 60 (sessenta) meses após.

Goiânia, 18 de janeiro de 2018.


GLAUCUS MOREIRA NASCIMENTO E SILVA
Superintendente Executivo
Portaria de delegação nº 165/17-GSF


DAVI JOSÉ DE SOUSA
Prefeito Municipal de Novo Planalto - GO



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
ADVOCACIA SETORIAL



PROCESSO: 201700004071809

INTERESSADO: PREFEITURA DE NOVO PLANALTO

ASSUNTO: CONVÊNIO

PARECER Nº 12/2018 SEI - ADSET- 10868

OUTORGA

1. Versam os autos sobre convênio a ser celebrado entre o Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria da Fazenda, e o **Município de Novo Planalto**, tendo como objeto a implantação de um sistema de cooperação que discipline a permuta de informações, a mútua prestação de assistência administrativa e o apoio logístico do Município, com vistas ao incremento na arrecadação estadual e melhoria do atendimento aos clientes contribuintes.
2. Instruem os autos os seguintes documentos: instrumento do convênio (fls.2/16); plano de trabalho (fls.17/22); Lei municipal (fls.23); certidão negativa de débito com o Fisco estadual (fls.24); certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais (fls.25); certificado de regularidade do FGTS - vencida (fls.26); certidão negativa de débitos trabalhistas (fls.27); documento pessoal do prefeito (fls.28); ata/termo de posse (fls.30/32), diploma eleitoral (fls.33); manifestação favorável da área competente (fls.35).
3. Vieram os autos a esta Advocacia Setorial para outorga do ajuste a ser firmado, conforme dispõe o §2º do art.47, da LC nº 58/2006, com alterações.
4. A ausência da emissão de Parecer Prévio se dá em cumprimento à orientação traçada por esta Advocacia Setorial, dada sua prescindibilidade, nos ajustes dessa natureza, com isso os processos de convênio deverão ser submetidos a ela somente para outorga.
5. Noto que **não foi juntada aos autos a Portaria designando o gestor /SEFAZ** do convênio, com fulcro no art. 67 da Lei nº 8.666/1993 e 62, IV da Lei estadual 17.928/2012, e em consonância com o parágrafo 1º, da cláusula sexta do presente instrumento de convênio.
6. Fica dispensada a juntada de Declaração Orçamentária e Financeira e Programação de Desembolso Financeiro, em vista do caráter não oneroso do ajuste.
7. A manifestação favorável ao convênio, pelo titular da Pasta, está implícita na assinatura das minutas do instrumento convencional. **Contudo, deverá ser juntada a portaria de delegação ao servidor que subscreveu o ajuste.**

29/01/2018

:: SEI / GOVERNADORIA - 1212493 - Parecer ::



8. Foi adicionada aos autos a fotocópia da Lei autorizando o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar ajuste, objeto destes autos, com a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás.
9. Vejo também a apresentação das certidões referentes à comprovação da regularidade fiscal. No entanto, todas elas, deverão manter-se atualizadas no curso processual; pontuo, de antemão, que **a relativa ao FGTS está vencida**. Ainda, necessário instruir o feito com provas exigidas no art.60 da Lei Estadual nº 17.928/12, que não foram aqui apresentadas, relativas ao disposto no §3º.
10. No tocante às exigências legais aplicáveis à formalização de convênio, sem repasse de recursos financeiros, estas foram plenamente cumpridas.
11. Ante o exposto, e com alicerce na autorização contida no art. 47, § 2º da Lei Complementar Estadual 58/2006, e não possuindo no ajuste cláusula fixando valor, conforme entendimento expressado no Despacho "AG" n 005786/2015, da PGE, **OUTORGO** o ajuste ora apresentado em 3 (três) vias, de Convênio de Mútua Colaboração; porém, condicionando o ato à **observância dos itens 5, 7 e 9**.
12. Restituam-se os autos à Superintendência Executiva da Receita Estadual para as providências destacadas.

ADVOCACIA SETORIAL, em GOIANIA - GO, aos 18 dias do mês de janeiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO CESAR NEO DE CARVALHO, Procurador do Estado**, em 29/01/2018, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **1212493** e o código CRC **18B37C1D**.

ADVOCACIA SETORIAL

AVENIDA VEREADOR JOSE MONTEIRO - Bairro SETOR NOVA VILA - CEP 74653-900 -
GOIANIA - GO - Nº 2233, COMPLEXO FAZENDARIO BLOCO A (62)3269-2610



Referência: Processo nº 201700004071809



SEI 1212493